

A Produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



 **Atena**
Editora
Ano 2019

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

A Produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Natália Sandrini e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P964 A produção do conhecimento nas ciências sociais aplicadas [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A produção do conhecimento nas ciências sociais aplicadas; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-292-0

DOI 10.22533/at.ed.920192604

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Ciências sociais – Pesquisa – Brasil. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.

CDD 307

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Os textos são um convite a leitura e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, particulares e públicas, federais e estaduais, distribuídas entre vários estados, democratizando o acesso a estes importantes resultados de pesquisas.

Os artigos foram organizados nos 5 volumes que compõe esta coleção, que tem como objetivo apresentar resultados de pesquisas que envolvam a investigação científica na área das Ciências Sociais Aplicadas, sobretudo, que envolvam particularmente pesquisas em Administração e Urbanismo, Ciências Contábeis, Ciência da Informação, Direito, Planejamento Rural e Urbano e Serviço Social.

Este 1º volume reúne um total de 28 artigos que dialogam com o leitor sobre importantes temas que envolvem a violência sexual, de gênero e contra a mulher, transexualidade, sexualidade no ambiente escolar e no trabalho, racismo, diversidade de gênero, atuação profissional feminina, direito, educação, prática de esporte e da arte, sempre com temas relativos a mulher, sexualidade e gênero.

Assim fechamos este 1º volume do livro “A produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas” e esperamos poder contribuir com o campo acadêmico e científico, trabalhando sempre para a disseminação do conhecimento científico.

Boa leitura!

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA AOS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER TRANSEXUAL: INSTRUMENTO DE DIGNIDADE E JUSTIÇA SOCIAL	
André Luis Penha Corrêa Lucas Lopes Grischke	
DOI 10.22533/at.ed.9201926041	
CAPÍTULO 2	7
A DUALIDADE ENTRE O <i>SER MULHER</i> E O <i>SER POLICIAL</i> : DISCUSSÕES ACERCA DO ENCONTRO “CHÁ DE ROSAS”	
Daniela Cecilia Grisoski Eneida Silveira Santiago	
DOI 10.22533/at.ed.9201926042	
CAPÍTULO 3	18
A EXPERIÊNCIA DO PROJETO ESTAÇÃO CASA DA REDE MARISTA DE SOLIDARIEDADE COM MULHERES ENCARCERADAS NA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE PIRAQUARA, EM CURITIBA-PARANÁ	
Gabriela Daniel de Campos Francieli do Rocio de Campos	
DOI 10.22533/at.ed.9201926043	
CAPÍTULO 4	28
A MULHER REPRESENTADA PELA IGREJA PRESBITERIANA NOS ANOS 70: A REVISTA ALVORADA E A IMAGEM FEMININA	
Daniela Emilena santiago Dias de Oliveira Ricardo Gião Bortolotti	
DOI 10.22533/at.ed.9201926044	
CAPÍTULO 5	38
A NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	
Nathaly Cristina Fernandes Carolina dos Santos Jesuino da Natividade	
DOI 10.22533/at.ed.9201926045	
CAPÍTULO 6	47
A SEXUALIDADE INFANTIL NO CONTEXTO ESCOLAR: UMA EXPERIÊNCIA COM GESTORAS DE ENSINO	
Camila Campos Vizzotto Alduino Marcia Cristina Argenti Perez	
DOI 10.22533/at.ed.9201926046	
CAPÍTULO 7	62
ATUAÇÃO DA MULHER NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ: HISTORICIDADE, AVANÇOS E DIFICULDADES	
Adriana Cristina Dias Lopes Allan Jones Miranda de Souza Claudia Ramos de Souza Bonfim	
DOI 10.22533/at.ed.9201926047	

CAPÍTULO 8	74
BRANQUITUDE E DECOLONIALIDADE ACADÊMICA	
Ana Tereza da Silva Nunes	
Jair da Costa Junior	
DOI 10.22533/at.ed.9201926048	
CAPÍTULO 9	85
DIVERSIDADE E GÊNERO A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DE UMA METODOLOGIA ATIVA COM ALUNOS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO	
Daniela Copetti Santos	
Luciane Carvalho Oleques	
Juliane Oberoffer Santos da Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.9201926049	
CAPÍTULO 10	90
DO PRIVADO AO PÚBLICO: IDENTIDADES FEMININAS CATÓLICAS NA CONTEMPORANEIDADE E SEUS SENTIDOS	
Joyce Aparecida Pires	
DOI 10.22533/at.ed.92019260410	
CAPÍTULO 11	104
ECONOMIA SOLIDÁRIA: COOPERAÇÃO E AUTOGESTÃO PARA A COLETA DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS	
Gisele Quinallia	
Juliene Maldonado Orosco de Andrade	
Edilene Mayumi Murashita Takenaka	
DOI 10.22533/at.ed.92019260411	
CAPÍTULO 12	113
EDUCAÇÃO SEXUAL: PROMOVEDO RESPEITO EM SALA DE AULA ATRAVÉS DE DINÂMICAS	
Nathália Hernandez Turke	
Felipe Tsuzuki	
Virginia Iara de Andrade Maistro	
DOI 10.22533/at.ed.92019260412	
CAPÍTULO 13	123
ENTRE ROMANCES E SEGREDOS, (HÁ) VIOLÊNCIA SEXUAL	
Paula Land Curi	
Nayalla Buarque	
Jaqueline de Azevedo Fernandes Martins	
DOI 10.22533/at.ed.92019260413	
CAPÍTULO 14	129
ESPAÇO EMPRESARIAL E A RELAÇÃO ORGANIZACIONAL COM SUAS FUNCIONÁRIAS MULHERES	
Catharina Correa Polachini	
Keila Isabel Botan	
Andreza Marques de Castro Leão	
Paulo Rennes Marçal Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.92019260414	

CAPÍTULO 15	141
ESPAÇOS PÚBLICOS E DIVERSIDADE URBANA: A IMPORTÂNCIA DE SE PENSAR A CIDADE A PARTIR DA PERSPECTIVA DE GÊNERO	
Wellisson de Oliveira Camilo Jr	
DOI 10.22533/at.ed.92019260415	
CAPÍTULO 16	152
FRIDAS: UMA PROPOSTA DE GRUPO DE ESTUDOS SOBRE GÊNERO E DIVERSIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR	
Vanessa Elias	
DOI 10.22533/at.ed.92019260416	
CAPÍTULO 17	166
FUTEBOL DE MULHERES E A EXPERIÊNCIA DE CAMPO	
Martina Gonçalves Burch Costa	
Giovanni Felipe Ernst Frizzo	
DOI 10.22533/at.ed.92019260417	
CAPÍTULO 18	173
INTERSECÇÕES ENTRE GÊNERO, SEXUALIDADE E RAÇA NAS TRAJETÓRIAS DE FORMAÇÃO DOCENTE E AS INFLUÊNCIAS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA	
Lilian Silva de Sales	
DOI 10.22533/at.ed.92019260418	
CAPÍTULO 19	190
MEMÓRIAS DE UM RECITAL DE PIANO: REFLETINDO SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE	
Giácomo de Carli da Silva	
Cristina Rolim Wolffenbüttel	
DOI 10.22533/at.ed.92019260419	
CAPÍTULO 20	197
NOTAS SOBRE A INCLUSÃO DE ATLETAS TRANSGÊNERO NO ESPORTE	
Fernanda Dias Coelho	
Ludmila Mourão	
DOI 10.22533/at.ed.92019260420	
CAPÍTULO 21	210
O PARADOXO DA INCLUSÃO: UM ENSAIO PÓS-ESTRUTURALISTA SOBRE OS DIREITOS SEXUAIS	
Andressa Regina Bissolotti dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.92019260421	
CAPÍTULO 22	225
PARA ALÉM DO MATCH: TINDER NA PRODUÇÃO DISCURSIVA DE CORPOS	
Maria Cecilia Takayama Koerich	
DOI 10.22533/at.ed.92019260422	

CAPÍTULO 23	231
POR UMA TEORIA FEMINISTA DO PODER CONSTITUINTE: INSTITUIÇÕES, JUSTIÇA E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NA BANCADA FEMININA DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE DE 1987-1988	
Silvana Santos Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.92019260423	
CAPÍTULO 24	242
QUE SEXUALIDADE É ESSA? REFLEXÕES SOBRE AS RELAÇÕES AMOROSAS DE ADOLESCENTES VÍTIMAS DE INCESTO	
Aline Luiza de Carvalho Márcia Stengel	
DOI 10.22533/at.ed.92019260424	
CAPÍTULO 25	258
QUE VOZ É ESSA QUE FALA POR MIM? A LUTA DO INSTITUTO GELEDÉS POR DIGNIDADE, RECONHECIMENTO E REPRESENTAÇÃO DA MULHER NEGRA NO BRASIL	
Breenda Karolainy Penha Siqueira Jamilly Nicácio Nicolete	
DOI 10.22533/at.ed.92019260425	
CAPÍTULO 26	270
RELACIONAMENTOS AMOROSOS DE ADOLESCENTES E A INTERNET	
Márcia Stengel Nádia Laguárdia de Lima Jacqueline de Oliveira Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.92019260426	
CAPÍTULO 27	286
RESISTÊNCIA FRENTE À VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER: RELATO DA EXPERIÊNCIA COM A EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA “MULHERES EXTRAORDINÁRIAS - FRAGMENTOS DE LUTA E SUPERAÇÃO”	
Jéssica Aparecida Chaviuk Francisco Cíntia de Souza Batista Tortato	
DOI 10.22533/at.ed.92019260427	
CAPÍTULO 28	298
VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: PERCEPÇÕES E RELATOS DE MULHERES PROFISSIONAIS DO SEXO EM ÁREA COSTEIRA DO NORTE DO BRASIL	
Brenda L. Assis Lisboa Walquiere Nunes Sales Driene N. Silva Sampaio Amanda C. Ribeiro Costa Gláucia C. Silva-Oliveira Aldemir B. Oliveira-Filho	
DOI 10.22533/at.ed.92019260428	
CAPÍTULO 29	310
ENTRE TREVAS E ARCO-ÍRIS: ORIENTAÇÃO SEXUAL E A “IDEOLOGIA DE GÊNERO”	
Marina de Almeida Borges Ana Cristina Nassif Soares	
DOI 10.22533/at.ed.92019260429	

CAPÍTULO 30 317

SUICÍDIO NO PÚBLICO DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (LGBT):
ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE 2013-2018

Ana Patrícia Fonseca Coelho Galvão

Pablo Nascimento Cruz

Fábio Batista Miranda

Jaíza Sousa Penha

Nayfrana Duarte de Sousa Oliveira

Fabrcio e Silva Ferreira

Wochimann de Melo Lima Pinto

Natalie Rosa Pires Neves

Nayra Michelle Anjos Amorim

Raylena Pereira Gomes

Rose Daiana Cunha dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.92019260430

SOBRE O ORGANIZADOR..... 333

ESPAÇOS PÚBLICOS E DIVERSIDADE URBANA: A IMPORTÂNCIA DE SE PENSAR A CIDADE A PARTIR DA PERSPECTIVA DE GÊNERO

Wellisson de Oliveira Camilo Jr

Graduando em Arquitetura e Urbanismo –
Unigranrio / RJ

RESUMO: Diante do debate contemporâneo a cerca da importância da diversidade social e urbana nas cidades, como preconizado primeiramente por Jane Jacobs (2000) com fatores fundamentais para a segurança urbana, e atualmente por autores como Jan Gehl (2013), é de extrema importância o pensamento acerca da produção dos espaços públicos bem como reverberam a violência e reforçam estigmas sociais. Para não recair em erros corriqueiros facilmente identificados em espaços planejados ou não, é necessário realizar estudos sobre as práticas sociais de grupos que se reivindicam identitários, como os LGBTQs, além de identificar as influências sociais e econômicas no território. A reflexão visa contribuir metodologicamente para o planejamento e projeto urbano que devem estar cada vez mais sensíveis às demandas desses grupos, que muitas das vezes forneceram subsídios por suas vivências, e assim possibilitar minimizar a insegurança e discriminação nas cidades. Deste modo, destaca-se a necessidade de evitarmos a constituição de espaços urbanos interditos e estigmatizados, para a construção de espaços diversos e integrados em nossas

cidades a partir da perspectiva de identidade e gênero.

PALAVRAS-CHAVE: *espaços públicos, diversidade urbana, urbanismo e gênero, violência urbana, planejamento urbano, projeto urbano, cidade e diversidade.*

ABSTRACT: Faced with the contemporary debate about the importance of social and urban diversity in cities, as first recommended by Jane Jacobs (2000) with fundamental factors for urban security, and currently by authors such as Jan Gehl (2013), thoughts concerning the production of public spaces are extremely important as also reverberate violence and reinforce social stigmas. In order not to fall in common mistakes easily identified in planned spaces or not, it is necessary to conduct studies on the social practices of groups claiming to be identitarian, as LGBTQs, beyond identifying social and economic influences in the territory. The thought aims to contribute methodologically to the urban planning and project that should to be increasingly sensitive to the demands of these groups, which many times provided subsidies for their experiences, and thus make it possible to minimize insecurity and discrimination in cities. In this way, highlights the need to avoid the constitution of urban spaces interdicted and stigmatized, for the construction of diverse and integrated spaces in our cities from the

perspective of identity and genre.

KEYWORDS: *public spaces, urban diversity, urbanism and genre, urban violence, urban planning, urban project, city and diversity.*

INTRODUÇÃO

O modo como as pessoas se apropriam ou não dos espaços urbanos se relaciona com o modo de produção do espaço urbano ao longo da história de de uma determinada cidade, em que aspectos socioculturais são determinantes para compreensão desse processo. Aspectos que revelam diferenciações e desigualdades que resultam em limites e segregação espacial. Esse processo que revela a relação historia-cultura, desvenda estigmas sociais significativos que influenciam historicamente na forma que olhamos, analisamos e intervimos no espaço, seja através do projeto, seja através do planejamento.

Assim, nossa atuação faz parte e contribui na perpetuação de valores culturais discriminatórios que se apresentam nas nossas cidades. Por essa razão, se estabelecem conflitos importantes que expressam diferentes interesses e demandas sobre as formas de apropriação do espaço urbano. Tais interesses e demandas como explica Molyneux (2010) são importantes para a compreensão das contradições de gênero, e avaliar as diferentes geometrias espaciais que enquadram paradoxalmente diferentes grupos sociais (ROSE, 1993).

Atualmente, grande parte dos interesses de grupos relacionados às identidades de gênero, reivindicam estar seguros nas cidades. No entanto, o espaço público tem se mostrado em determinados horários, dias e locais, como interditos a estes grupos. Isto porque a discriminação e os processos de opressão sobre os corpos dessas pessoas são determinantes para a sua experiência urbana, assim como, no modo de apropriação do espaço urbano. Quanto mais o espaço for estranho às pessoas, mais esvaziado ele se torna e, conseqüentemente, mais inseguro. Jane Jacobs (2000) articula o conceito de vitalidade urbana para explicar como a estrutura urbana contribui para este “esvaziamento”.

No entanto, há outros aspectos além dos materiais que referem-se da ordem simbólica da cidade (Boudieu, 1995) que influenciam nesse processo. As contradições sociais de gênero é uma dessas expressões que estruturam o modo de produção do espaço urbano, assim como, nossa atuação como arquitetos(as) e urbanistas. A hierarquização de problemas e a (des)qualificação de experiências urbanas, não só exclui grupos sociais dos espaços, como favorece segregação e conseqüentemente, a segurança das pessoas na cidade - não somente para os grupos sociais excluídos.

A noção de segurança é perdida quando uma localidade é vista como esvaziada ou pouca atrativa às pessoas. Como conseqüência, por exemplo, se é mal iluminada continua sem receber iluminação; o lugar perde significado e relevância para o cotidiano e torna-se um lugar a ser evitado. Conectar os espaços às pessoas, levando em

consideração a diversidade social e cultural, é um trunfo para evitar isso (GELH,2013). Sendo assim, se torna imperativo o aprofundamento destas questões, incluindo no debate a problematização das práticas sociais e interesses de grupos identitários LGBTQs, para ampliar o entendimento das questões relacionadas ao diferentes modos de apropriação do espaço e seu impacto na noção e sentimento de cidade segura.

1 | PROBLEMÁTICAS URBANAS E A QUESTÃO DE GÊNERO SOB A PERSPECTIVA DE TEÓRICOS

Grande parte dos interesses de grupos relacionados às identidades de gênero, reivindicam historicamente o problema da segurança e a necessidade de dar relevo aos seus interesses e demandas nas cidades. Inúmeros eventos de violência nos espaços públicos, revelam que mulheres e LGBTQs são grupos sociais mais vulneráveis. Estes fatores são determinantes para compreensão dos processos de opressão sobre os corpos dessas pessoas e a sua influencia nos modos de apropriação do espaço urbano.

Como fundamento inicial e para compreensão das temáticas abordadas no decorrer deste artigo, é necessário compreender, mesmo que de forma objetiva e básica, alguns conceitos que alguns autores trazem em suas obras que contribuem para o entendimento das relações e construções históricas a cerca das configurações dos espaços e suas relações com os indivíduos, bem como sua relação de poder e violência sobre os corpos ocupantes da cidade.

Na obra de Michel Foucault “Microfísica do poder”, as relações de poder exercidas reforçam a superiordade e seu módulo de repressão, e ainda, as consequências sociais que individualizam, rotulam, enfraquecem e segregam a sociedade. A organização dos espaços nos aponta a forma de distribuição baseadas em uma hierarquia de gênero e como isso fomenta a segregação sócio-espacial e perpetua uma ocupação interdita da cidade. Essa organização é fruto de um mecanismo chamado: disciplina, que tem como fundamento intrínseco doutrinar e criar uma norma de padronismo humano para assim ser submetido às relações de poder e controle social.

“A disciplina é uma técnica de exercício de poder que foi, não inteiramente inventada, mas elaborada em seus princípios fundamentais durante o século XVIII. Historicamente as disciplinas existiam há muito tempo, na Idade Média e mesmo na Antigüidade.[...] Os mecanismos disciplinares são, portanto, antigos, mas existiam em estado isolado, fragmentado, até os séculos XVII e XVIII, quando o poder disciplinar foi aperfeiçoado como uma nova técnica de gestão dos homens. Fala-se, freqüentemente, das invenções técnicas do século XVIII – as tecnologias químicas, metalúrgicas, etc. – mas, erroneamente, nada se diz da invenção técnica dessa nova maneira de gerir os homens [...]”.

“A disciplina é, antes de tudo, a análise do espaço. E a individualização pelo espaço, a inserção dos corpos em um espaço individualizado, classificatório, combinatório.”

(FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Organização e Tradução:Roberto Machado.

Analisando a violência contra a mulher sob a ordem patriarcal, Saffioti em “Gênero, Patriarcado e Violência” nos mostra a forma que as pessoas são socializadas, que por consequência, reforçam conceitos machistas incentivando o exercício do poder “masculino” e banalizando a violência. Passando por diversos tipos de violência, incluindo as emocionais e morais, a autora nos mostra a opressão vivida pelas mulheres que constitui uma cadeia social exploradora que se baseia numa ideologia patriarcal que reforça a desigualdade baseada no gênero. Isso se reflete no espaço público e mostra a importância de repensar os espaços públicos a partir da perspectiva de gênero.

A relação capitalista e a posição social da mulher revela a luta do sistema baseada nas “características naturais” (sexo, raça e até faixa etária). Saffioti deixa clara a opressão e dominação que o capitalismo exerce sobre a sociedade desde então. A autora contextualiza, mais especificamente, a história da evolução da mulher no Brasil, destacando lutas e conquistas das feministas, que refletem muito na nossa sociedade atual e que se contextualizam na luta de grupos identitários.

“As pessoas habituaram-se tanto com atos violentos que, quando alguém é assaltado [...] dá-se graças a Deus pelo fato de a cidadã ou o cidadão ter saído ileso(o) da ocorrência. Assim, o entendimento popular da violência apoia-se num conceito, durante muito tempo, e ainda hoje, aceito como o verdadeiro e único. Trata-se da violência como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral.”

(SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, Patriarcado e Violência. Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. P 17)

“A violência de gênero é, sem dúvida, a categoria mais geral. Entretanto, causa um certo mal-estar quando se pensa este conceito como aquele que engloba os demais, cada um apresentando tão somente nuances distintas. Não se trata propriamente disto, pois também apresentam características específicas.”

(SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, Patriarcado e Violência. Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. P 69-70)

A experiência contada em “À margem da arquitetura: corpo, lógica e sexo” por Diana Agrest, nos mostra a repressão da arquitetura ocidental e em como o corpo da mulher foi marginalizado sendo adotado como “lôcus de reprodução e da criatividade”. É possível entender ainda melhor como o homem é posto em superioridade nas analogias com o centro da cidade, proporções e até edificações, que reforçam os conceitos machistas e tradicionalistas aplicados no espaço e intrinsecamente na urbanização da sociedade.

“O corpo está inscrito no sistema da arquitetura como um corpo masculino que substitui o corpo feminino. As operações renascentistas de simbolização do corpo são paradigmáticas das operações de repressão e exclusão da mulher pela substituição de seu corpo.[...] O homem é apresentado como possuidor do atributo das proporções naturais perfeitas. Assim, a relação analógica entre a arquitetura e

o corpo humano parece garantir a transferência para a arquitetura das leis naturais de beleza e natureza.”

(AGREST, Diana. À margem da arquitetura: corpo, lógica e sexo. Artigo publicado originalmente em 1988.P 587)

“A cidade é o cenário social onde a mulher pode exprimir publicamente a sua luta. Ela não é (nunca foi) aceita nas instituições do poder; destituíram-na da posse (do seu próprio corpo) e ela está entre os despossuídos. O lugar público é uma terra de ninguém pronta para ser apropriada. O cenário da cidade, da rua, do lugar público é o dos despossuídos - ali ela se sente em casa.”

(AGREST, Diana. À margem da arquitetura: corpo, lógica e sexo. Artigo publicado originalmente em 1988.P 597)

As questões que permeiam a vida em sociedade se relacionam, e isto fica claro no artigo de Nancy Fraser, que trata das contradições vividas por grupos identitários que reivindicam reconhecimento e, ao criarem “limites” para que pessoas se encaixem em seus perfis, parecem fomentar a desigualdade social e econômica. O texto esclarece o eixo estabelecido por esses grupos na busca por igualdade. Compreender como esses movimentos agem, é de suma importância para compreender como os mesmos interferem no espaço urbano.

“O remédio para a injustiça cultural, em contraste, é alguma espécie de mudança cultural ou simbólica. Pode envolver a revalorização das identidades desrespeitadas e dos produtos culturais dos grupos difamados. Pode envolver, também, o reconhecimento e a valorização positiva da diversidade cultural.”

(FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. São Paulo: Cadernos de campo, 2006. P 02)

“Se o gênero não é nada mais do que uma diferenciação econômico política, a justiça exige, em suma, que ele seja abolido. Isso, no entanto, é apenas uma parte da história. Na verdade, o gênero não é somente uma diferenciação econômico-política, mas também uma diferenciação de valoração cultural. Como tal, ele também abarca elementos que se assemelham mais à sexualidade do que à classe, e isso permite enquadrá-lo na problemática do reconhecimento.”

(FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. São Paulo: Cadernos de campo, 2006. P 04)

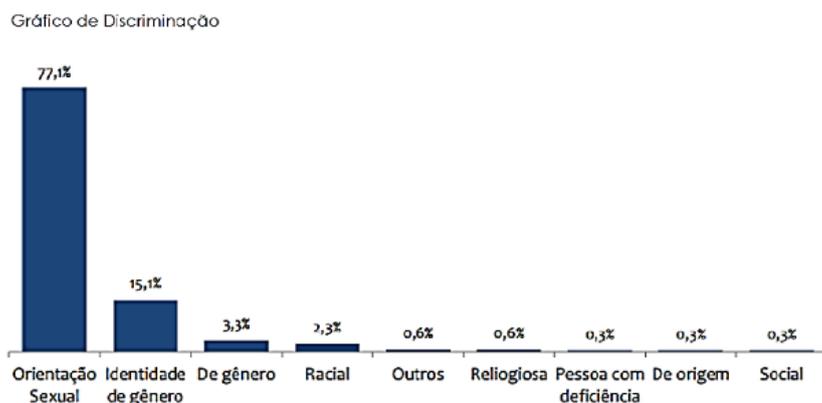
2 | CORRELACIONANDO GÊNERO E CIDADE

A importância de se correlacionar gênero e cidade vai além de desenvolver uma análise crítica sobre problemáticas e violências que tem como protagonista/causa o gênero e como cenário a cidade, ela nos mostra a necessidade de entender as relações sociais e as conexões de vivência - muita das vezes construídas em função da cidade e do espaço - de grupo identitários, em específico mulheres e LGBTQs, para que mesmo de forma geral explicitar suas demandas coletivas. Pensar o espaço a partir da perspectiva de gênero faz com que se enxergue além de obstáculos, mas que

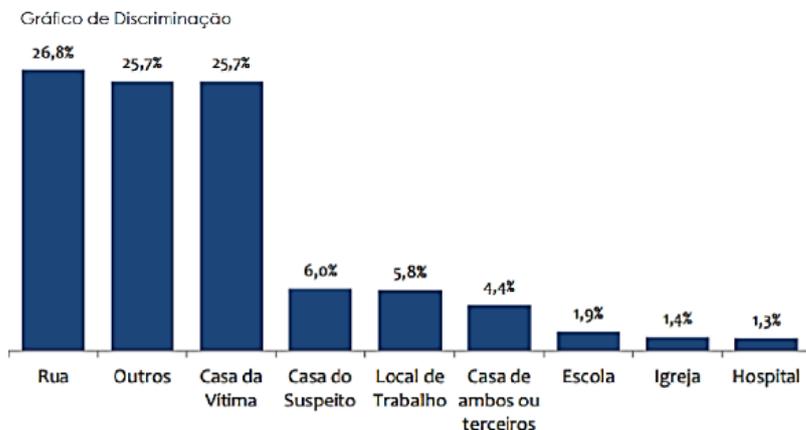
amplie a visão para identificar possibilidades particulares de cada espaço.

Sabe-se que o Brasil é o país que mais mata LGBTQs nas Américas - conforme os dados da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo (ILGA) -, o que muitos não sabem é que o Brasil é o quinto país com maior número de feminicídio no ranking mundial, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH). Esses dados nos mostram que muitas das vezes a relação de mulheres e LGBTQs com o espaço é baseado em insegurança e medo, sensações essas que são geradas pelo simples fato de caminhar pelas ruas da cidade. Vale salientar que grande parte dos casos ocorridos são em espaços públicos, reforçando a importância de se debater gênero e elevando a luta social popular para o campo de luta territorial.

Alguns gráficos da Secretaria Nacional de Direitos Humanos (2015) classificam através do que eles chamam de “gráfico de discriminação” um relatório de violência traçando o “motivo” e o local das violências. Nele é possível perceber como a questão de orientação sexual e gênero estão automaticamente associadas à rua – principal local das agressões. Vale destacar que esses números com o passar dos anos só têm aumentado.



Fonte: Relatório de violência homofóbica no Brasil. Secretaria Nacional de Direitos Humanos (2015).



Fonte: Relatório de violência homofóbica no Brasil. Secretaria Nacional de Direitos Humanos (2015).

É de extrema importância deixar claro que violência de gênero ultrapassa genitália.

Genitália está diretamente ligada ao sexo biológico (fêmea, intersexo e macho), enquanto gênero diz respeito a mulher (cis ou trans), pessoas que se identificam com mais de um gênero ou com nenhum deles e homem (cis ou trans).

A violência de gênero está caracterizada pela incidência dos atos violentos em função do gênero ao qual pertencem as pessoas envolvidas, ou seja, há a violência porque alguém é homem ou mulher. A expressão violência de gênero é quase um sinônimo de violência contra a mulher, pois são as mulheres as maiores vítimas da violência.

(KHOURI, José Naamam. Considerações sobre a violência de gênero e violência doméstica contra a mulher. Defensoria Pública do Mato Grosso. 2012.)

“Outra expressão particular da violência de gênero é a que se manifesta por meio da discriminação de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Ainda que as violências por discriminação na maioria das vezes não seja tipificada (aparecem camufladas em dados gerais da violência cotidiana), não raro, a imprensa divulga alguma notícia de violência contra pessoas em razão de sua orientação sexual e identidade de gênero, nos mais diferentes contextos sociais [...] O preconceito, a discriminação, a lesbofobia, a homofobia, a transfobia operam por meio da violência simbólica, que nem por isso deixa de ser danosa.”

(MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Curso Gênero e diversidade na Escola - Formação de professoras/es em gênero, sexualidade, orientação Sexual e relações étnico-raciais. Módulo 2. P 04).

A existência da discussão acerca de “espaços interditos” (SILVA e ORNAT, 2010) é um ótimo conceito que demonstra que as construções sociais machistas, racistas e homofóbicas se manifestam também na morfologia urbana da cidade. Esses espaços funcionam como excludores de pessoas a determinados espaços, definindo assim quem pode e/ou deve usufruir daquele espaço; sendo mais enfático, são os corpos que se encaixam nas normativas sociais, econômicas e morais dos diversos territórios. Isso reflete em violência urbana, opressões cotidianas e problemas sociais que devem ser minimizados através do pensamento da cidade a partir da perspectiva de gênero.

“Os corpos que não se encaixam na matriz heteronormativa organizadora da inteligibilidade da realidade socioespacial são considerados “abjetos”, como argumenta Butler (1990, 1993). A expressão de Judith Butler, também contida na entrevista realizada por Prins e Meijer (2002, p. 161), define corpos “cujas vidas não são consideradas ‘vidas’ e cuja materialidade é entendida como ‘não importante’”. O fato da existência de seres humanos ocorrer através de corpos considerados abjetos, não quer dizer que não possuam uma existência concreta, que suas histórias de vida e ações não façam parte do espaço urbano.”

(SILVA, Joseli Maria e ORNAT, Marcio José. Dos espaços interditos a instituição do território travestis : Uma contribuição as geografias feministas e queer. São Paulo. Terra Livre: Jul-Dez 2010. P 56.)

A maior parte da reivindicação de grupos relacionados às identidades de gênero em relação à cidade são em função da segurança, visibilidade e representatividade principalmente em espaços públicos. Esses espaços muitas das vezes refletem o cenário de violência urbana. Através desses fatores podemos compreender os processos de

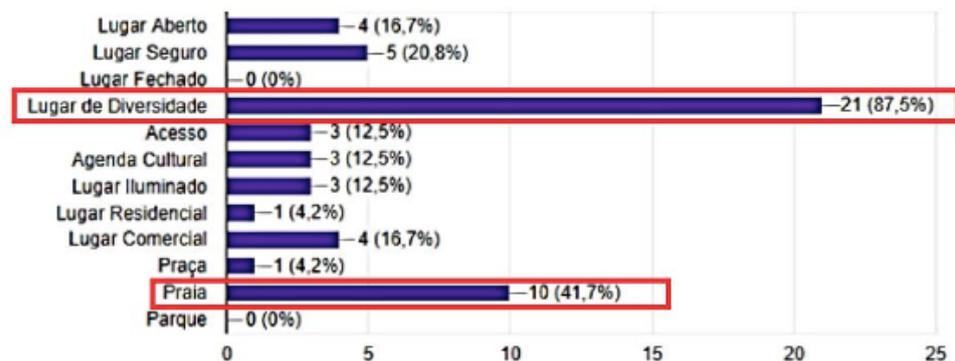
opressão sobre os corpos dessas pessoas e como isso influencia na vida e no modo de apropriação dos espaços urbanos.

Através de questionários e entrevistas de campo realizados durante pesquisa científica desenvolvida em 2017/2018, comparou-se – afim de demonstrar a importância de se pensar a diversidade urbana de forma individual para cada espaço - dados levantados na região metropolitana do Rio de Janeiro, mais precisamente em Duque de Caxias, com dados adquiridos na zona sul do Rio de Janeiro, no bairro Ipanema. Em suma, os resultados das entrevistas de campo trouxeram uma perspectiva popular que afirma que espaços com uma paisagem mais natural e geográfica - no caso a praia - de certa forma acabam sendo uma referência mais próxima de um espaço diverso. Ou seja, a praia como espaço democrático, e espaços que possibilitam uma maior permeabilidade visual dos espaços - lugares abertos - acabam sendo facilitadores e auxiliares na composição de espaços com maior diversidade.

9 - O que favorece um encontro de LGBTQ+/Mulheres nesse local ?

FARME DE AMOEDO / IPANEMA

25 respostas



É necessário romper o silêncio e começar a encarar como política pública de caráter urgente os fatos que têm sido cada vez mais comuns nos espaços da cidade. É preciso reconhecer que a violência de gênero é um problema que muitas vezes é propiciado pelas configurações das cidades que produz intrinsecamente uma série de segregações e cicatrizes urbanas.

3 | PAPEL DO ARQUITETO(A)-URBANISTA COMO GERADOR DE DIVERSIDADE URBANA

A discussão do papel social na arquitetura é algo que apesar de ser falado em diversos espaços acadêmicos e profissionais ainda não é protagonista na profissão. Não é diferente quando o assunto é urbanismo e gênero, e pode-se dizer que é ainda mais difícil obter subsídios a respeito dessa temática. Por outro lado, cresce a

demanda nas universidades de arquitetura e urbanismo por materiais que tragam a reflexão e a importância de se pensar gênero no contexto urbano e exercê-lo de modo a contemplar e explicitar todas as questões que ainda precisam ser muito exploradas no campo do urbanismo.

Poucos são os estudos no campo da arquitetura e urbanismo que apresentam todas as contradições e discussões na construção de espaços arquitetônicos e urbanos. A geografia tem tido mais avanços no Brasil sobre essa temática, mas entre arquitetos(as) e urbanistas é um assunto pouco comentado. Associar essa problemática aos processos de segregação sócio-espacial e práticas sociais destes grupos identitários traz a oportunidade de contextualizar possibilidades para além do debate identitário, trazendo possibilidades práticas e necessárias diante das emergências que se apresentam nos territórios.

Em “Gênero e estudos urbanos, uma conciliação necessária” as arquitetas e urbanistas Diana Helene e Rossana Tavares trazem ferramentas e produções preciosas no campo da arquitetura e urbanismo, bem como iniciativas de debater gênero no contexto de cidade e importância de construir um “urbanismo feminista”, além de mostrarem a complexidade e necessidade do desafio dessa discussão para minimizar as desigualdades sociais e trazer mais qualidade urbana para as cidades.

“[...] o urbanismo feminista desafia a premissa de que o planejamento é neutro. Nesse sentido, reafirma a ideia de que nossas cidades e bairros foram configurados por meio dos valores de uma sociedade capitalista e patriarcal, nos quais, é importante ressaltar, que esta forma física dos espaços urbanos contribui para perpetuar esses mesmos valores. Em resposta, o planejamento urbano feminista propõe práticas para transformar as divisões típicas das cidades capitalistas e patriarcais, por meio da reorganização dos espaços públicos a partir da ótica da vida cotidiana. Isto é, transfere a centralização de recursos dos espaços produtivos para os espaços onde “a vida acontece”: a casa, o bairro, os centros urbanos, os subúrbios e as periferias.”

(HELENE, Diana e TAVARES, Rossana B. Gênero e estudos urbanos, uma conciliação necessária. Archdaily. 2017.)

Outro ponto fundamental – agora falando um pouco do planejamento urbano em específico - é a implementação de uma gestão colaborativa no processo de construção dos planejamentos urbanos regionais, afim de garantir que sejam contempladas diferentes demandas e percepções, gerando assim uma representatividade diversa. Representatividade essa que ganha uma característica não só de qualidade identitária, mas uma representatividade inclusiva que faça com que os habitantes tenham o sentimento de pertencimento e se apropriem de forma igualitária e justa do espaço.

Também em pesquisa científica realizada em 2017/2018, foram extraídas em entrevistas de campo práticas e problemáticas urbanas afim de gerar possíveis exercícios para o planejamento urbano. A partir dessas informações tentou-se gerar micro ações (interesses) que pudessem auxiliar na produção de espaços mais inclusivos e com menor sensação de insegurança, bem como estratégias de política pública. Os quadros a seguir demonstram os resultados:

PERFIL DE INTERESSES E PRÁTICAS PARA POSSÍVEIS EXERCÍCIOS DE PLANEJAMENTO

PRÁTICAS:

1 - Utilização de caminhos mais longos em função da iluminação menos precária e menor sensação de insegurança;

3- Segregação espacial de grupos de interesses em comum em função dos acessos da cidade;

2- Ocupação de espaços ociosos para atividade culturais e articulações de luta e diversidade na cidade;

4- Ações de coletivos que representam individualmente cada letra da sigla LGBTQ+ nos espaços públicos.

PERFIL DE INTERESSES E PRÁTICAS PARA POSSÍVEIS EXERCÍCIOS DE PLANEJAMENTO

INTERESSES:

1- Iluminação como diminuição da percepção de insegurança urbana, bem como facilitadora da apropriação dos espaços;

3- Mobilidade e Acessibilidade como integradores dos espaços à cidade;

2- Necessidade de manter a vitalidade dos espaços por meio de atividade culturais e eventos que protagonizem a diversidade;

4- Representatividade individual de forma integrada nos espaços, afim de promover conhecimento social e diverso sobre grupo identitários.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com isso, busca-se trazer uma contribuição teórica-prática afim de fomentar o desenvolvimento de temáticas sociais contemporâneas que tragam a possibilidade uma análise inovadora de grupos e espaços estigmatizados, assim como balizar a construção de locais diversos e integrados em nossas cidades, criando espaços urbanos de diversidade e seguros para todos.

O modo de apropriação do espaço está diretamente ligado ao modo de produção do mesmo. Assim, a atuação do Arquiteto Urbanista pode contribuir na perpetuação de valores discriminatórios, ou na elaboração de espaços de diversidade. Isso reforça a extrema importância do planejamento urbano a partir da perspectiva de gênero como diretriz fundamental na qualidade urbana e social da cidade.

REFERÊNCIAS

AGREST, Diana. À Margem da Arquitetura: Corpo, Lógica e Sexo. Artigo publicado originalmente em 1988.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. BRENNER, Neil. Teses sobre urbanização. Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais. Rio de Janeiro, nº 19, ano 5, p: 6 – 26, Dez 2014.

BUTLER, Judith. Trouble dans le Genre – le féminisme et la subversion de l'identité. Tradução: Cynthia Kraus. Paris: La Découvert/Poche, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, Patriarcado e Violência. Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era "pós-socialista". São Paulo: Cadernos de campo, 2006.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Edição: Edições Graal. Rio de Janeiro, 1984.

GEHL, Jan. Cidade para as pessoas. São Paulo: Perspectiva, 2013.

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. Tradução: Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2000.

MCDOWELL, Linda. Gender, identity and place: understanding feminist geography. Minneapolis: University Of Minnesota Press, 1999.

MOLYNEUX, Maxime. Mobilization without emancipation? women's interests, the state, and revolution in nicaragua. In: KROOK, Mona Lena;

CHILDS, Sarah (org). Women, gender, and politics: a reader. Oxford: Oxford University Press, p. 21-28, 2010.

ROSE, Gillian. Feminist & Geography: The limits of geographical knowledge. Cambridge, Oxford: Polity Press, 1993.

SILVA, Joseli. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. Geosul, Florianópolis, v. 22, nº 44, p. 117-134, 2007. . (org.) Geografias Subversivas: Discursos sobre Espaço, Gênero e Sexualidade. Ponta Grossa: Toda Palavra Editora, 2009a.

KHOURI, José Naamam. Considerações sobre a violência de gênero e violência doméstica contra a mulher. Defensoria Pública do Mato Grosso. 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Curso Gênero e diversidade na Escola - Formação de professoras/es em gênero, sexualidade, orientação Sexual e relações étnico-raciais. Módulo 2.

SILVA, Joseli Maria e ORNAT, Marcio José. Dos espaços interditos a instituição do território travestis : Uma contribuição as geografias feministas e queer. São Paulo. Terra Livre: Jul-Dez 2010

HELENE, Diana e TAVARES, Rossana B. Gênero e estudos urbanos, uma conciliação necessária. Archdaily. 2017.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-292-0

